

“A PONTE NOS UNINDO AO PASSADO”: HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E LITERATURA

“THE BRIDGE UNITING US TO THE PAST”: PUBLIC HISTORY, MEMORY AND LITERATURE

Patrícia Giselia Batista¹

RESUMO: Este artigo reflete sobre alguns aspectos da historiografia literária, histórica e canônica que emergem do estudo da obra memorialística *Maria Clara* (1978), da escritora norte-mineira Nazinha Coutinho. Em suas reminiscências, ela narra a trajetória da protagonista Clarinha, órfã de pai e mãe, criada pelos tios e pertencente a uma “família importante” de Montes Claros - MG, parte de uma elite rural que, aos poucos, substituía seus costumes pelos da elite industriária que começava a surgir na transição dos séculos XIX-XX. Este estudo possibilitou apreender os saberes de uma época, elaborados pela memória feminina, evidenciando sua potencialidade como objeto de reflexão. Aqui, destaca-se não apenas o processo da mulher como escritora, mas também um olhar histórico e regional sobre os empecilhos enfrentados por muitas mulheres do passado em busca de autonomia e autoafirmação.

PALAVRAS-CHAVES: Memória Feminina; Escrita Feminina; Estudos Feministas; História Pública.

ABSTRACT: This article reflects on some aspects of literary, historical and canonical historiography that emerge from the study of the memoir *Maria Clara* (1978), by the writer from North Minas Gerais, Nazinha Coutinho. In her reminiscences, she narrates the trajectory of the protagonist Clarinha, orphaned by both her father and mother, raised by her uncles and belonging to an “important family” from Montes Claros - MG, part of a rural elite that, little by little, substituted their customs for those of the industrial elite that began to emerge in the transition of the 19th-20th centuries. This study made it possible to apprehend the knowledge of a time, elaborated by the female memory, evidencing its potential as an object of reflection. Here, not only the woman's process as a writer is highlighted, but also a historical and regional look at the obstacles faced by many women in the past in search of autonomy and self-affirmation.

KEYWORDS: Female Memory; Female Writing; Feminist Studies; Public History.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia – Brasil, com período sanduíche na University of Minnesota Twins City – Estados Unidos da América. Realiza estágio pós-doutoral em História na Universidade Estadual de Montes Claros, com Bolsa CAPES. ORCIDiD: <https://orcid.org/0000-0003-1052-7482>. E-mail: patriciagiseli@yahoo.com.br

Pois não se pode mexer à toa em um montão de cinzas! Nele, bem no fundo, podemos encontrar uma brasiinha e esta poderá se transformar instantaneamente numa labareda. Assim é o pensamento: tão rápido quanto o raio, atravessa montanhas e precipícios, não nos dando meios de segurá-lo, de contê-lo. *É nossa existência revolvida em segundo, é a ponte nos unindo ao passado...* (COUTINHO, 1978, p. 21 grifo nosso).

Este artigo se insere no campo da História Pública que, a propósito de seus princípios, métodos e objetivos, está para além de suas fronteiras, propondo a interdisciplinaridade entre História, Literatura e Memória, ligada diretamente à área dos estudos feministas. Nas palavras da historiadora Martha Gouveia Rovai,

A História Pública é um campo da História que compreende posicionamentos político – e não se confunda este termo com partidarismo ou doutrinação -, responsabilidade e compromisso em relação à produção, divulgação e circulação sobre os acontecimentos históricos, entendidos não mais na sua dimensão exclusiva da macro-história e nem do privilégio de poucos, mas em experiências cotidianas que são valorizadas e significam as vidas de “pequenos e grandes” (ROVAI, 2018, p.186).

Em sentido de associação a esse movimento historiográfico de ampliar o debate com outros campos do saber, este estudo tem o objetivo de demonstrar como o romance autobiográfico *Maria Clara* (1978), da escritora mineira Nazinha Coutinho, vincula-se com a memória, a literatura e a história, revelando como a protagonista apropriou-se do mundo e de tudo aquilo que – longe, perto ou dentro de si mesma – afetava sua subjetividade.

Apresentar um percurso investigativo às/ aos pesquisadoras/es iniciantes nos temas e contribuir para o conhecimento das escritoras do presente – cujas produções literárias não estão sob o jugo rigoroso da divisão sexual e de gênero – é também objetivo deste trabalho. O espaço que hoje é destinado à escrita feminina foi conquistado por meio de lutas e embates que

trataremos no estudo. A opção por este caminho – o da linguagem – deve-se ao compromisso desta pesquisadora da História Pública em tornar compreensíveis, na época atual, os fatos ocorridos em uma temporalidade outra.

Adequar o contexto à realidade de uma época é um modo de compreendê-la e de desenvolver perspectivas que produzam novos sentidos no presente. O intuito é proporcionar às escritoras - de hoje e do futuro - a capacidade de questionar o modo como a mulher vem se estabelecendo na literatura e em todas as esferas da vida social. Para tanto, propõe-se a reflexão: “O que leitoras e escritoras do presente e do futuro precisam saber sobre as escritoras do passado?” Os aportes teóricos e procedimentos metodológicos deste estudo seguem numa confluência com os estudos das Representações Sociais (RS).

Para demarcar e refletir as questões que serão tratadas a seguir, tomamos os ensinamentos de Sandra Jovchelovich, que ressalta que o/a pesquisador/a das representações sociais tem que se ater ao momento e ao contexto histórico dos saberes do sujeito. Que lugar ocupa esse sujeito? E qual a consequência social dos seus saberes? (1995, p.81). Assim, faz-se necessário compreender como se deu a construção da intelectualidade e do mundo da autora Nazinha Coutinho. Quais os valores e as instituições que ditavam comportamentos a essa mulher? Quais são as razões para a inexistência de uma tradição feminina na escrita? Por que há – ainda hoje – poucas obras de autoria feminina no cânone literário?

A epígrafe acima faz parte da obra *Maria Clara*, cujo tema central são as reminiscências da protagonista-narradora que dá título ao livro. A autora da obra, Maria Antonieta Nascimento Coutinho, ou Nazinha Coutinho, nasceu na cidade de Januária - MG, em 20 de março de 1904. Após a morte dos pais, ainda na infância, foi adotada por parentes próximos e criada por uma família

tradicional da região de Montes Claros. Nazinha Coutinho morreu aos 97 anos, em Belo Horizonte, no ano 2001. Pouco de sua biografia ficou registrada, sendo possível pressupor parte do percurso de sua vida por meio do romance autobiográfico que escreveu aos 74 anos.

O livro *Maria Clara* foi publicado no Rio de Janeiro, em 1978, pela *Editora Dois Irmãos*. Suas 292 páginas - divididas em 30 capítulos curtos, considerando o prelúdio - narram, em primeira pessoa, uma história em tempo não cronológico. Ao que tudo indica, o livro é desconhecido do grande público brasileiro; não foram encontradas informações sobre o número de cópias distribuídas, nem sobre o lançamento ou recepção de crítica e público. A ausência desses dados nos leva a suspeitar que a obra tenha circulado principalmente entre familiares e amigos. Logo nas primeiras páginas, fica explícita a presença inquietante da memória, o limiar que une o presente ao passado, a emergência de recolher os cacos, e as cinzas dos acontecidos que persistem na memória. Para ela, escrever sua história significava reacender e iluminar o que ainda sobrevive.

O cenário que envolve a trama é a região de Vila dos Coqueiros e seus distritos no interior de Minas Gerais. Considerando a experiência de leitora, o enredo não permite afirmar com certeza que, ao fazer a analogia entre esses espaços e a região de Montes Claros, a autora esteja falando dos ambientes onde viveu em sua infância. Por que, então, estamos partindo, nesse estudo, do pressuposto de que tal obra possa representar a cidade mineira de Montes Claros, nas primeiras décadas do século XX? Darcy Ribeiro, etnólogo e ensaísta montes-clarense, declarou, no prefácio do livro *Maria Clara*, em agosto de 1978, que o relato literário de Nazinha Coutinho é como uma obra autobiográfica:

Este livro de Maria Clara é para mim o romance de dona Nazinha, a bela e amável senhora do doutor Coutinho, que vi viver sua vida quase inteira no casarão da rua Bocaiúva, bem no centro de Montes Claros. Minha prima Nazinha, que hoje, nos seus 70 anos floridos, transitando de Belo Horizonte para o Rio, entre filhos e netos

carentes dela, encontra tempo e modo de rever, sentidamente, seus idos de Maria Clara menina (COUTINHO, 1978, p. 13).

Darcy Ribeiro é primo legítimo de Nazinha Coutinho, e destacou o valor histórico desse romance, afirmando retratar seus familiares paternos, nas vestes de personagens vivendo na região norte-mineira das primeiras décadas do século XX. Para Ribeiro, a literatura é um milagre, pois tem a capacidade de recriar os idos com lealdade, conferindo vida, ao contrário de um “frio registro histórico dos fatos” (COUTINHO, 1978, p.15). Essa narrativa, segundo o antropólogo, transformou as características dos personagens reais: de estepe de pessoas “soturnas”; de “caráter indomavelmente taciturno”, que na realidade nunca foram de muitas “empatias”, e transformados por ela, em personagens “sem amarguras” (COUTINHO, 1978, p. 14).

Ribeiro reitera a relevância histórica dessa obra, afirmando que as “leitoras, especialmente, vão se deparar com grandes acontecimentos, como a inauguração da luz elétrica na cidade de Montes Claros e a fazenda do Cedro, que abrigou uma fábrica de tecido, nos fins do século XIX. Darcy Ribeiro enfatiza, nesse texto, os acontecimentos regionais que, nesse romance, revelam um tempo guardado na memória:

Tudo isto existiu ou ocorreu, é certo, pois de tudo os velhos montes-clarenses dão notícias circunstanciadas, e nas monografias da cidade há até documentação a respeito. O que não havia, nem houvera, sem Nazinha, é o espelho onde tudo isto brilha agora, como vida que se revive diante de nossos olhos. Este é o milagre do romance de evocações que, recriando os idos com lealdade, não ao frio registro histórico dos fatos, mas tão somente ao que é verossímil aos olhos de quem recorda, permite devolver à vida o que, parecendo estar morto e acabado, está apenas guardado no tempo da memória (COUTINHO, 1978, p. 15).

O livro *Maria Clara* se apresenta como uma obra emblemática no que se refere aos usos da memória e da “escrita literária feita por mulheres” – enredos que têm como tema central os acontecimentos cotidianos e domésticos –

comuns entre as escritoras de sua geração. Na contemporaneidade, já não se fala mais em “temática feminina” na literatura. Hoje, a mulher aborda temas diversos que, até um passado muito recente, estavam majoritariamente restritos aos homens. A discussão em torno da produção literária feminina de diferentes épocas, entretanto, faz-se imperativa, porque estamos situados num momento em que se renovam as formas discursivas no campo das diferenças sexuais e de gênero, ao mesmo tempo em que novas representações emergem.

Uma indagação importante do/a historiador/a que intenciona atribuir o *status* de fonte histórica a uma obra literária é: Como pensar a memória como literatura? Como analisar a literatura enquanto fonte histórica? Como se faz a passagem da memória privada para a história pública? Sobre a relação entre História e Literatura, Lígia Chiappini (1999) nos convida a observar “as diluições de fronteiras”, ou de “novas delimitações”. A pesquisadora demonstra sua preocupação em relação à interdisciplinaridade superficial concebida entre essas duas disciplinas. Chiappini propõe uma reflexão acerca do texto literário: “O que o faz ser tão relegado?” Para ela, o que atrapalha as investigações históricas é se deparar com um texto “pleno de possibilidades de sentido”, levando alguns estudiosos a questionarem se o ficcionista mente ou finge, pois, em contraponto, o historiador se propõe uma linguagem “vivaz ou não assumindo a subjetividade de suas hipóteses e juízos” (1999, p.55).

Nesse sentido, sobre as aproximações das narrativas Histórica e Literária, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento reitera que “(...) ambas são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro” (2005, p.33-37). Cabe aqui ressaltar a advertência feita pelo filósofo Paul Ricoeur, quando questionou suas narrativas sob as dimensões de verossimilhança e de veracidade dos discursos (1971). Ricoeur diz que o texto ficcional se assemelha à história no momento em que suscita narrar eventos como fatos ocorridos, mas que “se distinguem por liberar possibilidades de acontecer, não efetivadas no

passado, mas nas quais o leitor se reconhece e identifica a temporalidade” (1995, p.37).

Ainda de acordo com Ricoeur, acerca da utilização da memória como objeto de análise, a história não deve se distanciar de sua fonte matricial que é a memória. Juntas, são importantes para o conhecimento humano sobre o passado (RICOEUR, 2007, p. 71). Também nesse sentido, as imagens e lugares de memórias que o indivíduo seleciona são alterados, porque se trata de reconstruções feitas pelo sujeito, como confirmado por Maurice Halbwachs:

A lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (2004, p. 75-76).

Halbwachs nos mostra que a memória se apresenta como individual e exclusiva, no entanto, ela é resultante do convívio coletivo. Segundo ele, toda a construção vem do que já está disponível no meio em que o sujeito está inserido. (2004, p.54). E a propósito, existe de fato uma ação colaborativa entorno da obra de Coutinho, que é preciso destacar que, conforme afirmou o crítico literário Osmar Pereira Oliva constatou, a partir de entrevista com uma das filhas da escritora Nazinha Coutinho, e do contato com os originais desse romance, que a obra foi escrita não apenas pelas mãos da autora, uma vez que, incentivada pela família a publicar suas memórias, a escritora recorreu à ajuda das filhas para conclusão da escrita, porque passava por um momento de perda da visão. Oliva descobriu, em seu processo de pesquisa, que a escrita deste livro levou cerca de vinte e dois anos (2007, p.148-150)².

² Segundo Oliva (2007), nos originais da obra, há registro de duas a três letras distintas, além da letra da autora que aparece no início da narrativa e em outros dois capítulos ao final, havendo uma diferenciação na forma e no tamanho de sua escrita, sugerindo o que foi confirmado pela filha: que a autora recorria a terceiros e havia retomado a escrita depois de um período de perda da visão. Oliva salienta que é intrigante o fato de a autora iniciar seus escritos de próprio punho e, em outros momentos, ditar para que solidariamente as filhas tomassem nota e, tempos

Nesta direção, a percepção de experiência de autoria, pensada aqui como conceito, exige, de acordo com Michel Foucault (1992), ser explicada, antes de aplicá-la à busca de explicar o passado. Para o filósofo Michel Foucault, não há como atribuir vários discursos a um único e mesmo autor. De acordo com sua concepção, o “autor” seria o “momento histórico definido e o ponto de encontro de certo número de acontecimentos”. (FOUCAULT, 2006, p. XXI). A autoria não é simplesmente atribuir um discurso a um sujeito, pois o autor funciona como lugar de dispersão, de onde se podem notar várias outras vozes e que variam de acordo com posições-sujeito, seu lugar social.

Como a obra em apreço é de autoria feminina, as orientações neste sentido devem ser tratadas com especificidades, conforme ressalta Michelle Perrot. Há peculiaridades “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues. A narrativa histórica reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas pouco aparecem” (PERROT, 1989:9). Para Michelle, a memória feminina se distingue por ser trajada, vestida de acordo com o status social de quem rememora, de modo que “a roupa de cama pertence à esfera íntima, o vestuário, à esfera pública. Este último está ligado a essas aparências que cabem às mulheres, sobretudo burguesas, observar” (PERROT, 1989. p.14).

Por conseguinte, o viés de experiência que propõe a pesquisadora Joan Scott, em que ela está intimamente ligada ao evento linguístico, que não se separa de uma explicação, e que, sendo a História uma “construção” - representada pela nossa capacidade de explicação, em oposição à Literatura - representada pela experiência e pela ficção. Scott assevera que a relação da História com a Literatura sempre coloca o/a pesquisador/a frente aos seus limites teóricos e metodológicos, pois propõe uma interdisciplinaridade ainda

depois, retomar a escrita por si. O estudioso notou também que, em algumas passagens, a autora faz a substituição de palavras, expressões e supressão de trechos.

maior. Portanto, esse encontro de campos de saberes pode se tornar muito eficiente, já que a linguagem literária é mais uma a fornecer as possibilidades de acesso às produções discursivas de uma época, sendo a principal e indispensável disciplina para um projeto de se (re)pensar a História. (SCOTT, 1999, p.16-17).

O percurso teórico-metodológico foi nutrido pelo pensamento das pioneiras Nádia Battella Gotlib e Heloísa Buarque de Hollanda, duas teóricas e críticas literárias que dão suporte para as escritas da História da literatura escrita por mulheres. Hollanda, ao analisar os diversos estudos sobre mulher na literatura, no Brasil, ressalta o percurso oficioso que essas discussões têm percorrido desde os anos de 1990. A pesquisadora pontua que o momento da interdisciplinaridade dos estudos sobre literatura feita por mulheres com outras Ciências Sociais e Humanas, em especial a História, que começa a “[...] privilegiar e estabelecer a produção literária como fonte de suas pesquisas de ponta”, é fecundo. (HOLLANDA, 1999, n. p.). Ela reafirma também que essas discussões iluminaram os estudos literários a partir da perspectiva de suas novas instrumentalizações e da renovação historiográfica, sobretudo a busca da história pela interação da obra com o contexto histórico.

As indicações das teóricas da literatura Hollanda e Gotlib corroboram o pensamento da historiadora Tânia Navarro-Swain (2011),³ que defende que o primordial numa pesquisa sobre autoria feminina é, de fato, promover tais narrativas. De forma geral, Swain considera que as escritoras que publicaram até meados do século XX tiveram suas produções sob a égide do patriarcado, e que no campo da História, da Literatura e de outras Ciências Humanas, Sociais,

³Tânia Swain em “História e Literatura: Mulheres de Letras, Mulheres de Aventura”, apresenta diversas contribuições por conferir visibilidade a inúmeras mulheres aventureiras que romperam e escaparam das imposições de verdades estabelecidas. Trata-se de grande grupo de mulheres aventureiras que registraram em suas escritas suas experiências como etnólogas, botânicas, viajantes e suas memórias sociais. Essas mulheres enfrentaram toda uma estrutura fortificada pelo masculino, muitas vezes, desprovidas de suporte físico e mental do espaço que lhe fora imposto.

e até as Exatas há uma presença esporádica da narrativa feminina. Portanto, as pesquisas voltadas para essa escrita feminina devem denunciar os regimes de gênero que mantiveram essas mulheres ausentes. (SWAIN, 2011).

Para essas estudiosas do tema, o motivo pelo qual não há uma tradição de autoria feminina, e que leva também um grande número de escritoras a estar fora do cânone literário, decorre das imposições sociais criadas no sentido de manter os grilhões que as prendiam ao espaço privado. Elas também concordam que os movimentos feministas impulsionaram, a partir de diversas lutas, dentro e fora do Brasil, o acesso das mulheres à educação formal e às condições para que ocupassem em definitivo um espaço nas narrativas (HOLLANDA, 1999; SWAIN, 2011).

O período em que *Maria Clara* é editada compreende a década 1970, momento em que o termo “gênero” passava a ser visto como uma teoria das diferenças sexuais entre homens e mulheres. É nesse momento que as historiadoras feministas se voltam e reivindicam por uma “História das Mulheres”, amparada pelas ferramentas da História Social. *Maria Clara* não se configura pela linguagem feminista, ligada a princípios ideológicos de emancipação das mulheres frente às práticas e discursos de assujeitamento. Os movimentos feministas das décadas de 1960/70 foram detonadores responsáveis pela conquista da mulher nas Letras, dentro e fora da academia, e o modo feminino de cada mulher de extrapolar as normas de subjetivação determinada pelo gênero e pelo seu tempo (DUARTE, 2003).

Foram imprescindíveis, igualmente, os estudos de Maria José Motta Viana (1995) e de Lilian Maria Lacerda (2003), duas especialistas com trabalhos distintos de análises e resenhas de diversos livros de autoria feminina, mas que têm em comum o estudo a partir da memória feminina. Os trabalhos de Viana e Lacerda têm afinidades entre si; elas analisam a escrita feminina em diversas perspectivas e apontam algumas polêmicas que envolvem esse tema. Ambas as

pesquisadoras fizeram investigações extensas que, se somadas, contabilizariam o estudo que concebe visibilizar quase noventa títulos de escritoras brasileiras.

De acordo com Viana, houve um “boom editorial” de memórias femininas e que pode ser considerado como resultado dos discursos feministas divulgados nos fins da década de 60, fora e dentro do país que, de certo modo, influenciaram o florescimento da mulher na Literatura:

[...] os movimentos feministas desencadeados com certo furor na Europa e nas Américas, contando com um indiscutível aliado, os meios de comunicação em avanços tecnológicos sem precedentes, viabilizaram a entrada definitiva das mulheres no mercado editorial brasileiro. Nenhum outro momento lhes seria mais propício do que esse. Da Europa e dos Estados Unidos chegavam, via telecomunicações, notícias e informações sobre os acontecimentos sócio-culturais mais recentes, enquanto no Brasil vivíamos a ditadura militar e suas imensuráveis e já tão discutidas, porém nunca suficientemente entendidas, consequências no âmbito cultural. (VIANA, 1995, p. 15).

A ascensão da memória, especialmente na década de 1970, ocorreu simultaneamente com a “avalanche escritural” de memória de cunho feminino. O gênero memorialístico já era usual na Europa e no Brasil desde o século XIX, e era produzido por intelectuais e homens notáveis, não tendo registro, até as primeiras décadas do século XX, de participação de mulheres. Esses escritos de memória, que ilustram vidas sociais, por usarem uma linguagem simples e despretensiosa, normalmente são julgados pelo seu valor literário (VIANA, 1995). Como descrito por Maria José da Motta Viana, “de qualquer forma, a escrita memorialística [...] vem denunciar ainda um desejo milenar de que lhe sejam concedidos os direitos abstratos e as possibilidades concretas de se instituir como sujeito de linguagem [...]”. (VIANA, 1995, p. 110-111).

De acordo com os sentidos apontados por Viana, podemos considerar que a escritora Nazinha Coutinho buscou ocupar o espaço na Literatura não só para denunciar os embates cotidianos, mas, sobretudo, para se instituir como sujeito de linguagem. A este respeito, Roger Chartier, no prefácio à obra da

pesquisadora brasileira Lilian Lacerda, salienta que, nas análises dessas memórias femininas, através da experiência íntima de cada uma, é localizável a trajetória de desigualdade do regime de gênero ao qual foram impostas. Chartier acredita também que este seja o percurso para a construção de uma História das Mulheres brasileiras na literatura, e, sobretudo, da História da Leitura Feminina. Para ele, esses discursos dão indícios de como elas absorveram e resistiram à cultura política e linguística de seu país, trazendo suas trajetórias de experiências. (CHARTIER in: LACERDA, 2003, p.20).

A trama em *Maria Clara* começa alguns meses antes do casamento da protagonista, no momento em que ela inicia um diálogo com Natinha – a ajudante que irá lhe auxiliar nos preparativos do enxoval. A narrativa fornece uma sequência de fatos cotidianos, embora não siga uma linearidade, sendo composta por várias temporalidades. O contexto é revelado pelos personagens, que ressaltam a importância e a participação das mulheres montes-clarenses na formação da família, no momento dos impactos do processo histórico modernizador. A personagem principal, órfã e destituída da oportunidade de ganhar o seu próprio sustento naquela sociedade, vê no casamento a única forma de se estabelecer e se realizar enquanto sujeito no/do feminino.

A proposta da modernidade na segunda metade do século XIX pretendia romper de vez com as tradições dos períodos anteriores, em que se articulavam na sociedade uma variedade de organização da vida familiar. A nova ordem moderna burguesa incentiva o casamento. A modernização trouxe consigo, em suas várias instituições e discursos, modelos sociais que sujeitaram a mulher dando-lhe como únicas alternativas: casar-se, ser mãe e reinar na família conjugal (MAIA, 2011, p.25). Em seus estudos, a historiadora feminista Cláudia de Jesus Maia problematizou o modelo de família conjugal ou nuclear, que ganhou uma notoriedade estratégica, na segunda metade do XIX, e tornou-se o braço fundamental do estado, a célula primordial para os novos investimentos sociais.

A família nuclear brasileira cristalizava-se como lócus principal da construção do modelo “Mulher verdadeira”; a administradora racional do lar; a operária do lar; a educadora dedicada que geraria os novos cidadãos “dóceis e produtivos” que, por sua vez, assegurariam os privilégios. Maia levantou em sua pesquisa que “viver sozinha”, no Brasil, nos períodos anteriores ao discurso da modernidade, não representava um problema social, científico ou pessoal, como passou a ser visto pelos ideais positivistas e de progresso. O fato de não constituir família, manter-se solteira, era uma “ameaça à conjugalidade moderna, à sexualidade reprodutiva e à disseminação da família conjugal burguesa e a sua centralidade” (MAIA, 2011, p.27).

A partir da nova ordem modernizadora, a família torna-se a esfera estratégica para o projeto de modernização burguesa disseminar o progresso científico e social. A obra literária *Maria Clara* nos permitirá acessar as práticas e modelos impregnados de preconceitos, concepções patriarcais e de violência na construção das imagens do cotidiano norte-mineiro, das primeiras décadas do século XX, a ser revelado pelas suas personagens: Dona Amélia – a copeira, arrumadeira e contadora negra de “história da carochinha”; Deolinda – Nila – uma moça negra matuta, “dócil”. Era quem fazia todo o serviço doméstico e fabricava os queijos, o requeijão e doces que eram vendidos no Armazém. Ela é também quem sofrerá imensamente com os maus tratos físicos aplicados pela viúva Mariana; Antoninha – a professora particular de Serra Azul, que residiu em Pinheiros para alfabetizar Maria Clara.

Aparecem como coadjuvantes da trama, apontadas pela protagonista, duas tias: uma pela parte sanguínea - paterna, a Dona Emerenciana (Méri) e a tia “postiça” casada com o seu tio paterno, dona Hermínia - uma “mulher nervosa”, mas muito “íntegra”, que, segundo a narradora, era senhora “vulgar”, cuja “pouca cultura” não a fizera acompanhar o seu marido, um senhor discreto, reconhecido por sua inteligência e empreendedorismo (COUTINHO, 1978,

p.45). A tia Méri era uma “jovem romântica” que, nas palavras da personagem Maria Clara, era:

culta, alegre, desembaraçada e bonita, lecionava para rapazinhos de dez a dezesseis anos, pois dar aulas era um dos poucos trabalhos que se permitia a uma moça de família importante. Na minha ingenuidade, julgava a tia Méri desperdiçada ali, uma pessoa tão inteligente e a serviço de um povoado tão pequeno (COUTINHO, 1978, p.54).

Outras personagens destacadas, e que não chegaram ser nomeadas, eram as mulheres que manejavam os teares da fábrica. A historiadora Maia sublinha que, em meio à emergência das indústrias, nos fins do século XIX, as mulheres tiveram um maior acesso ao trabalho informal; entre eles, o trabalho nas fábricas têxteis. Tal atividade era vista e aceita com normalidade, até serem expulsas, no momento em que se acirra o processo de industrialização. Margareth Rago (1997) salienta que uma mulher operária se torna uma ameaça à estabilidade familiar e à ordem social e política, sendo, assim, substituída pela força de trabalho masculina. Em 1872, nas fábricas, 76 % das vagas eram mulheres; no ano de 1950, apenas 23% tiveram ocupação feminina. (MAIA, 2011, p. 96).

Clarinha rememora que teve muitas dificuldades para cursar a escola formal, e que, muitas vezes, seu processo de aprendizagem estava ligado à interpretação cênica. Apesar de o teatro ser inacessível, ela conseguiu imaginar e representar cenas a partir do que conhecia e observava no seu cotidiano. Ela diz:

Estava sempre ávida por aprender. Assim, sem nunca ter visto um teatro ou um espetáculo de dança, fazia em meu quarto, sozinha ou com alguma criança que lá aparecesse as minhas representações copiando gestos, imitando expressões, teatralizando histórias e fatos do meu cotidiano com ênfase e afetação. Meus personagens favoritos eram sempre a tia Méri e a madrinha Hermínia. A música, quando a imaginava, era sempre uma das poucas que já tinha ouvido os gestos, imitados ou inventados, eram ensaiados em frente do espelho. (COUTINHO, 1978, p. 96).

Neste recorte textual, a autora revela que criava suas ficções inspiradas nas personagens do seu próprio convívio. Da mesma forma, ela retrata coisas que até então nunca vira, mas imaginara. É possível levar em conta que, para ela, a representação teatral podia ser uma forma de adaptar a realidade por meio da cópia, da imitação, mas também da invenção. Duas personagens eram de sua preferência na hora de recriar a realidade: a tia Méri e a tia Hermínia, personalidades que destoavam entre si conforme as características e reflexões atribuídas a elas pela protagonista Clarinha ao longo da trama. O que fica evidente, levando em conta as análises de outros trechos, é que a teatralização era uma das formas de elaborar e representar sua concepção das relações, das coisas e das pessoas ao seu redor. Ao falar dos modelos femininos que tinha à vista, ressalta dois perfis de mulher: uma escolarizada e a outra inculta.

A relação da protagonista com a personagem Emerenciana, a tia Méri, irmã do tio Felipe, era de muito respeito e admiração. Clarinha apresentou a tia Méri como uma professora e que “[...] gostava de vestir-se bem, de cantar, de declamar, o que, na falta de outros ouvintes, fazia sempre para mim, embora o marido considerasse aquilo uma futilidade” (COUTINHO, 1978, p. 192). A relação das duas, igualmente, era perpassada pela confiança, como se percebe numa passagem em que Méri confia à protagonista um segredo de família – sobre uma relação amorosa entre o genro e a sogra, respectivamente o pai e a avó de Méri. O que mais unia Méri e a protagonista era a cumplicidade literária, como leituras diárias, os anseios e as euforias poéticas, como expresso no recorte a seguir:

Eu e a tia Méri nos dávamos muito bem, principalmente quando estávamos a sós, nos momentos de sua euforia poética. Ela declamava e eu a ouvia, às vezes reunia as crianças e chamava as empregadas para ouvi-la, batíamos palmas e ela se entusiasmava. (COUTINHO, 1978, p.192).

A segunda personagem que era encenada pela protagonista era sua tia-madrinha Hermínia, a esposa do tio de Clarinha, o senhor Felipe. Por alguns

recortes discursivos, Clarinha deixa nítido que se tratava de sua algoz. Hermínia era filha da elite agrária abastada da época, e descrita pela narradora como uma mulher desprovida de “beleza”. Quando se casou, já era conhecida como uma mulher nervosa, embora muito “íntegra”. Aos olhos da protagonista Clarinha, dona Hermínia era uma senhora “vulgar”, cuja “pouca cultura” e que ficava a quem da intelectualidade do seu tio Felipe, um senhor “discreto”, reconhecido por sua “inteligência” e “empreendedorismo”. (COUTINHO, 1978, p. 45).

Um dos anseios de Hermínia era exercer certa vigilância e controle sobre a órfã Maria Clara. Uma das questões que surge no enredo, na qual a tia disputava força com o marido, era a da educação da menina. Cerceada do direito de estudar, Clarinha registrou que sua infância foi muito solitária, monótona e com severa rotina de “insipidez”. A educação da protagonista esteve, por muitas vezes, sobre o jugo de prioridades outras. Havia tempo para tudo, menos para cuidar da formação de uma menina órfã. Procurava passar o tempo refazendo as lições que a professora Antoninha havia lhe passado, escrevendo e reescrevendo bilhetes, lendo jornais, decorando poesia, criando e encenando seus espetáculos teatrais que apresentava para si mesma em seu quarto.

Ela própria afirma sua frustração, quando diz em uma passagem: “[...] esses fatos, e outros semelhantes, iam aumentando minha tristeza, marcavam de desilusões a minha existência” (COUTINHO, 1978, p.124). O princípio de “frustração”, colocado por Sandra Jovchelovitch, versa sobre a consciência da adolescente diante da condição que vivia: seus desejos podem ou não ser realizados. De acordo com a pesquisadora, nessas condições, eles desenvolvem astúcias diante das regras e normas impostas (1998, p. 73-78). Ao mesmo tempo em que Clara, a pobre menina rica, torna-se – com dificuldades – uma leitora assídua, algumas leituras passam a ser proibidas dentro da divisão do que era definido como leitura para mulher e leitura para homens.

Ela afirma que os homens gozavam do privilégio da aquisição de livros e exerciam a leitura e a prática da escrita com maior liberdade, enquanto ela

buscava se esquivar da restrição ao acesso à leitura e, mesmo assim, leu intensamente tudo que caía em suas mãos, para continuar a sonhar e a disfarçar seu constrangimento diante da vida. Escreveu ela:

Lia tudo o que me caía às mãos, às escondidas, pois para a madrinha Hermínia toda leitura era prejudicial. Passava a maior parte do tempo em meu quarto. Quando ela entrava, escondia o livro debaixo do travesseiro e fingia me entreter com uma costura que nunca terminava. (COUTINHO, 1978, p.118).

A personagem-narradora fez questão de registrar que estava atentas às leituras que não lhe eram acessíveis, ou mesmo que lhe eram proibidas, às quais tinha acesso por meios de muita astúcia. Uma forma encontrada por ela consistia em se aproximar para ouvir as conversas acaloradas do tio Péricles – estudante de medicina na capital mineira – para ouvi-lo falar de suas mais recentes leituras. Escutá-lo era uma forma de burlar as proibições de sua tia e a escassez dos volumes. Assim, conseguia aproximação com outras leituras, que não eram destinadas às mulheres do seu tempo, e obras para ela indisponíveis⁴. Sua maior satisfação era quando conseguia ouvir o que falavam seus tios:

Quando os três se reuniam eu procurava ficar perto, pois me sentia bem no meio deles, achava que as conversas eram muito mais cultas, mais avançadas. Não se falava em dinheiro ou negócios, mas em livros, teatro e poesia, e minha vida se tornou mais interessante. (COUTINHO, 1978, p. 246).

Os romances não bastavam a Maria Clara; mesmo recorrendo aos diálogos, muitas vezes procurava manter certa distância, pois temia que os tios,

⁴ Quando seu tio Péricles chegava de férias à Serra Azul, Clarinha não perdia a oportunidade de ficar próxima daquele homem de “gestos largos e teatrais, a sua voz clara”. Sua maior satisfação era quando conseguia ouvir o que falavam seus tios: “Quando os três se reuniam eu procurava ficar perto, pois me sentia bem no meio deles, achava as conversas muito mais cultas, mais avançadas. Não se falava em dinheiro ou negócios, mas em livros, teatro e poesia, e minha vida se tornou mais interessante”. (COUTINHO, 1978. p. 246).

⁴ Ver: MARTINS, Anna Faedrich. A autoficção na literatura contemporânea. V mostra de pesquisa da pós-graduação. PUCRS. 2010. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/Vmostra/V_MOSTRA_PDF/Letras/83352-ANNA_FAEDRICH_MARTINS.pdf acesso 30 de abril de 2013.

Péricles e Jacinto, que eram os mais jovens, adivinhassem seus desejos e sonhos mais íntimos: “(...) E se adivinhassem? Ficariam pasmos! Pois eu achava aquela vidinha em Pinheiros simplesmente insípida, vazia, parada, medíocre, chegava a não encontrar palavras pra descrevê-la” (COUTINHO, 1978, p.178). Os sentidos desse anúncio nos mostram o medo da jovem órfã de ver seus pensamentos desvendados pelos tios. Seriam automaticamente entendidos por eles como uma ação rebelde. Para ela, o fato de achar aquela vida enfadonha seria malvista por eles, porque não seria coerente esse tipo de pensamento para uma garota. A autora aponta aí as concepções vigentes sobre coisas que eram inaceitáveis para uma mulher, denunciando dificuldades e entraves sociais e culturais, como desigualdades de gênero e geracionais.

Afastada da escola, Maria Clara vivia à espera de que sua prima Linda lhe emprestasse alguns volumes e cartilhas escolares. Em suas visitas, levava para Maria Clara as novidades, “[...] os livros de poesia, de filosofia, romances de grandes escritores. Trazia as suas aulas, as notícias, os boatos, as intriguinhas da escola [...]”. (COUTINHO, 1978, p. 146). Ficam explícitos pela autora, portanto, os modos que ela utiliza para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo e buscar outros sentidos de vida por meio da leitura.

Nazinha Coutinho enfoca, por meio da narrativa de Maria Clara, que o sonho de se casar estava associado a uma oportunidade de ter uma vida nova, o desejo de sair da casa dos tios, de ter seu próprio canto. Ela lembra que a primeira oportunidade que teve para se casar não foi aceita por sua família, que não via seu pretendente, Leopoldo – seu primeiro amor – como um bom pretendente, pois era “boêmio”, “um seresteiro”, um sujeito não adequado socialmente, pois não representava o modelo de provedor, função por excelência a ser assumida pelos homens – a partir da política de gênero.

A narradora conta que teve que se esquivar de um casamento arranjado com seu primo Levindo, pois não era de seu agrado. O doutor Rodrigo, com quem veio a se casar, foi uma escolha recíproca; além do relacionamento ter sido aprovado pela família, o casal também desejava a união. Ao narrar o encontro com o homem que viria a ser seu futuro marido, Clarinha demonstra que estava certa de que havia encontrado a oportunidade de sua vida:

Ao vê-lo sentir uma sensação estranha, como se um novo horizonte houvesse sido aberto, num instante, à minha frente. Ainda ouvi, [quando foi retirada da sala] pela porta entreaberta, murmúrios de admiração, pois todas as moças solteiras e ainda sem par esperavam um convite dele para a dança. (COUTINHO, 1978, p. 253).

O casamento aparece na obra como o principal argumento de felicidade e realização - ela faz uma retrospectiva de suas memórias, e opta por explorar mais o período em que ocorrem os preparativos para a cerimônia matrimonial até o nascimento de sua primeira filha, ponto em que o enredo se encaminha para o final. O tema sexualidade não aparece explicitamente, no entanto, é percebido ao examinar como os discursos do início do século XX, onde o sexo só aparece atravessado e interligado aos assuntos sobre casamento, reprodução e ao pecado.

Segundo a historiadora Tânia Navarro Swain, “[...] a sexualidade é um motor contínuo onde desejo e poder estão entrelaçados, disfarçados em prazeres duvidosos e instantâneos, dividindo o humano em possuidores e possuídos” (SWAIN, 2008, p.287). Em *Maria Clara*, encontramos o tema quase omissos por completo; a narradora, tão minuciosa até aquele momento, não faz menção à noite de núpcias, demonstrando um comportamento recatado diante do assunto. Talvez, a autora, ao privar-se de relacionar sexualidade a casamento, não considerasse adequado falar do assunto, pois já era uma senhora. Podemos supor, ainda, que ela não desejasse despertar atenção para

essa temática – pensamentos e condutas típicas dos dispositivos de discursos conservadores e patriarcais do período.

Tânia Swain - que a partir do pensamento de Foucault, elaborou o conceito de “dispositivo amoroso”, aparato que mostra como os discursos ditam como devem ser os sonhos, os desejos e as convicções femininas - para algumas mulheres “a sexualidade às vezes é até acessória” (SWAIN, 2008, p. 297), levamos a compreender que os discursos sobre ela foram naturalizados, comandando os comportamentos e as identidades de sexo, sobretudo, acerca da construção dos desejos femininos. Conforme Swain:

O dispositivo amoroso e a sexualidade formam a trama onde se tece e se produz o feminino – a objetivação indissociável do processo de subjetivação, a produção do sujeito de um saber e a produção do saber sobre um sujeito por meio de práticas discursivas e não discursivas diversas. (2008, p. 295).

A historiadora afirma que o “dispositivo amoroso” constituiu um imaginário social pelo qual os homens, em uma relação, querem preferencialmente o sexo, enquanto as mulheres, primeiramente, desejam o amor. Desse desejo de amor decorre ainda que as mulheres devem se esquecer de si em função da sua “aptidão natural” para o cuidado com outro. Nas palavras dela

Nas fendas do dispositivo da sexualidade, as mulheres são “diferentes”, isto é, sua construção em práticas e representações sociais sofre a interferência de um outro dispositivo: o *dispositivo amoroso*. Poder-se-ia seguir sua genealogia nos discursos – filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da “verdadeira mulher”, e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si (SWAIN, 2008, p. 297).

A pesquisadora cria esse dispositivo para evidenciar o conjunto de práticas discursivas que “cria mulheres” e “guia seus pensamentos e

comportamentos na busca de um amor ideal (...)” (SWAIN, 2008, p. 298). Sobre a repressão sexual⁵, como mostrou Foucault, surge juntamente com a ordem social burguesa que forja para sua classe um perfil de normatização a partir de vários discursos – entre eles o médico e o religioso – que circulavam para afirmar, na sociedade, a hierarquização dos sexos. No caso do saber médico, seu discurso identificava a variação entre o sujeito normal e o anormal para distinguir os sujeitos de corpos sadios, limpos e hegemônicos. (FOUCAULT, 2011, p. 22).

Esse aparato também contou com o reforço da tradição cristã; o discurso religioso coloca o prazer ligado à morte, ao pecado e ao mal. A confissão sobre seus atos dava ao próprio sujeito condições de localizar os desvios introjetados pelas normatividades estabelecidas, conforme Foucault (1998, p. 19). O que produziu no comportamento dos indivíduos algumas alterações a partir da regulação das “intempestivas” manifestações sexuais⁶. Guacira Louro, em concordância com Foucault, salienta que o alvo desse aparato repressivo foi a

⁵Segundo Foucault o início do século XVII as práticas sexuais não eram mudas e não buscavam “segredos”, “reticências excessivas”, “disfarces” ou qualquer discurso “hipócrita”. Nesse cenário transpareciam todo o tempo os gestos escandalosos, os corpos obscenos, a anatomia sem incomodo e o “ilícito” era tolerado. Com a burguesia vitoriana emerge uma vigilância sobre os corpos, discursos e práticas sexuais. O sexo passa a ter uma única função, a reprodução que será a regulação das sexualidades tidas como normais, anormais, os estéreos e a sexualidade infantil. As sexualidades periféricas serão nomeadas, classificadas e expostas para serem eliminadas. Para o filósofo o poder se estabelece para reprimir o sujeito e seu sexo para que seja canalizada a força do sujeito somente para o trabalho, pois a população aparecia nesse contexto como problema econômico e político. Mas entende que essa proibição era na verdade uma incitação para se falar do sexo e construísse um saber sobre ele útil e produtivo. FOUCAULT, 2011, p. 09-21.

⁶ Segundo Foucault a experiência – enquanto normatividade e forma de subjetividade da sexualidade em suas várias manifestações historicamente construídas a partir de saberes e práticas discursivas que se articularam como verdades. Na antiguidade clássica, por exemplo, que a pederastia era exaltada na Grécia; aceito em Roma pelos homens e nos XVII e XVIII ocorrer “esgotamento do organismo – abuso do sexo”. E notou que as relações do desejo e dos prazeres dos indivíduos passavam por preocupações morais. Portanto, as regras que rotulam são invenções de autorregulação como as práticas punitivas e disciplinares. (FOUCAULT, 1998, p. 16-19).

mulher, a criança, o masturbador, o perverso e todos que fugissem da normalidade disposta (LOURO, 1997, p.76).

E é a partir desses saberes articulados que a fisiologia feminina é fadada à maternidade. Portanto, sistematizado por Foucault, o “dispositivo da sexualidade” surge com suas interdições e suas incitações, no século XIX:

De fato, trata-se, na realidade, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tentaria domar, ou mesmo de um campo obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. É o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não há realidade subjacente sobre a qual se exerceriam difíceis controles, mas uma grande rede de superfície onde a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências se imbricariam uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. [...] O dispositivo da sexualidade tem como razão de ser não apenas se reproduzir, mas proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de maneira cada vez mais detalhada e de controlar as populações de forma cada vez mais global (FOUCAULT, 2011, p. 116).

Essas estratégias de saber e poder, às quais se refere Foucault, é que constroem e constituem o sujeito, sem que ele consiga ficar atento o tempo todo aos discursos que, por vezes, o aprisionam. Isso porque essas estratégias estão impregnadas nas imagens repetitivas e cotidianas, que estão no dia a dia das práticas discursivas, entre elas, as mídias – a literatura, o cinema, a música, as artes, e a relação com o outro. Além do mais, ao se referir às relações de poder, o filósofo reforça que estas atuam diretamente no corpo, para torná-lo dócil, pois o propósito do poder é adestrar os gestos e regular o comportamento normatizando o prazer do sujeito. (FOUCAULT, 2001, p. XXI).

Entende-se, no entanto, que para Foucault seria importante não apenas identificar os códigos, definir o que é ou não permitido numa ordem de sexualidade suposta como constante, mas também “perguntar de que maneira, na continuidade, transferência ou modificação dos códigos, as formas de relação para consigo (e as práticas de si que lhe são associadas) foram definidas,

modificadas, reelaboradas e diversificadas” (FOUCAULT, 1998, p.31). Na memória de Clarinha, pode-se perceber a identificação com os códigos vigentes que funcionaram como uma teia de aprisionamentos que moldavam o corpo e a trajetória de vida, as formas de subjetivação.

Em seus episódios, a narrativa ressalta o modo pelo qual a protagonista enfrentou as questões do seu dia a dia, desvelando elementos de ação simbólica e elaborando suas representações. O tom comedido e acanhado de Clarinha anuncia as censuras, as concepções da época e seus preconceitos. A autora demonstra perceber as assimetrias de gênero a que era submetida como menina órfã, e como era conformada e dócil - a forma mais generalizada de proceder do seu tempo. Até mesmo porque, de acordo com os níveis de subjetivação registrados na obra, percebe-se que a autora, enquanto sujeito no/do feminino, no início do século XX, no interior do Brasil, ainda não sabia que poderia ser dona do seu próprio destino.

Clarinha demonstrou, em sua narrativa, que servia obediência frente a alguns padrões estabelecidos por sua época, exceto com relação à prática de leitura que era vigiada para as moças, e que a protagonista aponta como tendo sido transgredida por ela diversas vezes para ler os livros que só homens tinham acesso. Pode-se também notar a presença das modificações que estavam sendo processadas nos códigos e seus impactos nas formas de subjetivação praticadas. O enredo de Maria Clara propiciou uma viagem histórica a respeito da vida privada de uma mulher, testemunhando importantes acontecimentos sociais e culturais, os avanços tecnológicos e científicos, as instáveis relações de gênero nas primeiras décadas do século XX, fornecendo, para além do discurso da mulher na literatura, uma mediação do passado – das discontinuidades e permanências nas experiências e vivências no feminino.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª edição. São Paulo. Ed. Cultrix.2006.

BURKE, Peter. *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CHIAPPINI, Lígia. Relações entre História e Literatura no contexto das humanidades hoje: Perplexidades. In: *História: Fronteiras. XX Simpósio nacional da ANPUH*. Florianópolis. 1999. Volume II. p. 805-817.

DAUPHIN, C. Femmes seules. In: DUBY, G.; PERROT, M. *Historire des femmes en occidente*. v. IV. Le XIX siècle. Paris: Perrin, 2002, p.517-518 (Colection Tempus).

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. In: *estudos avançados*, vol. 17, nº 49. São Paulo, set- dez, 2003.

GOTLIB, Nádia Batella. *A literatura feita por mulheres no Brasil*. 2012.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969) In: *Ditos e Escritos-Estética: literatura e pintura; música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: veja, 1992.p.94-98.

JODELET, Denise. representação social: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (org). *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p.17-44.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)cobrando o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das Representações Sociais. In ARRUDA, Ângela (org). *Representando a Alteridade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 69 a 82.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 63 a 85.

LAURETIS, Tereza de. *Eccentric Subjects: feminist theory and historical consciousness*. Feminist Studies. s/I. v.16, n.1,1990, p.115-150.

LACERDA, Lilian Maria de. *Álbum de leitura: memória de vida, história de leitoras*. Belo horizonte, 1999. XI 487 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

LACERDA, Lilian Maria de. *Álbum de Leitura: Memórias de vida, história de leitoras*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LACERDA, Lilian Maria de. A tecnologia do Gênero. Traduzido por de Susan Funck. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Tendências e impasses: o feminino como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.206-242.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOLLANDA, Luiza Buarque. *Os estudos sobre mulher na literatura no Brasil – Uma primeira abordagem*. 2012.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990. *Memória*. Enciclopédia Einaudi. Vol. 1 - Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MAIA, Cláudia J. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral*. Florianópolis, Santa Catarina: Mulheres, 2011, p. 63 a 104.

MAIA, Cláudia J. Lembranças do norte: espaço e memória na literatura de escritoras norte-mineiras. In: OLIVA, Osmar Pereira. *Os nortes e os sertões literários do Brasil*. Montes Claros: Editora UNIMONTES. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 89 a 111.

OLIVA, Osmar Pereira. Minha dolorosa vida de menina, uma leitura de Maria Clara, de Nazinha Coutinho. In.: OLIVA, Osmar Pereira (org.) *Escritores Mineiros e contemplações de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes. 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 18, ago/set.1989, p. 9-18.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica 2003.

RANGEL, M. L. S. *A solteirona na Literatura Brasileira*. Leitura. 12 (142) São Paulo, mar. 1994.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: O historiador como mediador ético In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (orgs.). *História pública em debate. Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

RIBEIRO, Darcy, *Confissões*. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 1997.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Trad. Alain François [et.al.]. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. 3º vol. Campinas: Papyrus, 1995.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, A. L. *Falas de gênero: teorias, análises e leituras*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999.

RICOEUR, Paul. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 117 a 145.

SWAIN, t. n. *História e Literatrua: mulher de letras, mulheres de aventura*. Brasília. 2011.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *Histórias das mulheres no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2000. p.669-672.

VIANA. Maria José Motta. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Faculdade de Letras da UFMG. 1995.

Recebido em 31/10/2023.

Aceito em 25/04/2024.